

MANUEL VIEGAS ABREU

**A IDENTIDADE
DA REGIÃO
CENTRO**

CONTRIBUTOS
PARA UM MODELO
POLICÊNTRICO E
INTERACCIONISTA
DA REGIÃO
DAS BEIRAS

COIMBRA 1992

FICHA TÉCNICA

Título: A IDENTIDADE DA REGIÃO CENTRO
CONTRIBUTOS PARA UM MODELO POLICÊNTRICO E
INTERACCIONISTA DO DESENVOLVIMENTO INTE-
GRADO DA REGIÃO DAS BEIRAS

Responsável pela edição:
Eng^o António José Cardoso

Capa e gráficos: Victor Ferreira

Composição: Vítor Duarte

Offset: *Paginação e Montagem* – Adelino Bandeira
Transporte – Henrique Taborda
Impressão – Joaquim Felício

ISBN: 972-569-032-X

Depósito Legal: 60 270/92

Edição e Distribuição:

CCRC – COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO
Rua Bernardim Ribeiro, 80 3000 COIMBRA
Telefone: (039) 400198/9 Fax: (039) 723757

MANUEL VIEGAS ABREU

**PROFESSOR CATEDRÁTICO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO**

A IDENTIDADE DA REGIÃO CENTRO

**CONTRIBUTOS PARA UM MODELO POLICÊNTRICO
E INTERACCIONISTA DO DESENVOLVIMENTO INTEGRADO
DA REGIÃO DAS BEIRAS**

**MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO
COIMBRA**

1992

*À memória do Prof. Doutor Amorim
Girão, Mestre Universitário, de quem
recebi, na Universidade de Coimbra, as
primeiras lições de Geografia Humana.*

A IDENTIDADE DA REGIÃO CENTRO

CONTRIBUTOS PARA UM MODELO POLICÊNTRICO E INTERACCIONISTA DO DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA REGIÃO DAS BEIRAS *

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de Portugal exige uma Região Centro dotada de infra-estruturas fundamentais que lhe permitam aproveitar as suas potencialidades e rentabilizar, de forma equilibrada, as suas riquezas. No contexto do princípio da coesão, a contribuição de Portugal para a construção da Europa requer uma Região das Beiras que se afirme na realidade e diversidade do seu presente e nas virtudes da sua projecção no futuro. A tese de que o aumento da competitividade de Portugal à

* Com algumas modificações formais e ligeiras alterações de conteúdo o presente texto constitui o núcleo conceptual que serviu de base a intervenções e comunicações que o Autor foi convidado a realizar, no decurso dos meses de Maio e Junho de 1992, em diversos *Colóquios e Seminários*, designadamente no *Encontro Nacional de Produtores Florestais*, que teve lugar em Mortágua, no dia 13 de Maio, no *II Encontro da Associação de Gestores das Universidades Portuguesas* subordinado ao tema *A Universidade como Pólo de Desenvolvimento* que ocorreu no Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra de 18 a 19 de Maio e no Colóquio *O Rasgar a Interioridade – Desenvolver o interior: melhorar as acessibilidades*, iniciativa da Câmara Municipal de Proença-a-Nova e que se realizou no dia 12 de Junho. Em cada um dos referidos Encontros, houve aspectos sectoriais que foram objecto de um desenvolvimento mais específico, adequado à natureza dos temas em análise e que, aqui, para salvaguarda de um equilíbrio global, não se retiveram.

escala europeia advirá prioritariamente do engrandecimento das duas principais áreas metropolitanas está ainda por demonstrar e é muito difícil, ou mesmo impossível, realizar essa demonstração. O processo de integração de Portugal na Comunidade Europeia terá seguramente maiores probabilidades de sucesso e ficará seriamente mais fortalecido se tiver no horizonte, como meta a atingir, a reciprocidade ou a interacção complementar entre parceiros com idêntico estatuto e com idênticas capacidades de receber e de dar, em conformidade com as suas características específicas. Constituiria, por conseguinte, uma perda e uma fragilização do processo de integração, se a política de acréscimo da competitividade europeia de Portugal se realizasse com base predominante nas grandes metrópoles, descurando ou negligenciando a concretização de modelos próprios de desenvolvimento para as restantes Regiões do País, adequados às respectivas características e respeitador das suas virtualidades específicas.

No que toca à Região Centro, cabe-nos a todos, cidadãos naturais ou cidadãos residentes na Região das Beiras, agentes locais, sub-regionais e regionais, Universidades e Institutos Politécnicos, Associações Empresariais, Serviços descentralizados de diversos organismos da Administração Central, cabe-nos a todos, dizia, declarar esta especificidade, afirmar o espírito das Beiras e explicitar o modelo policêntrico e interaccionista do desenvolvimento local e regional.

O presente texto visa precisamente dar alguns contributos para o conhecimento e a difusão da Região Centro e para a afirmação da sua identidade por intermédio de uma descrição, necessariamente breve, daquilo que ela é hoje, dos problemas que enfrenta, bem como daquilo que poderá vir a ser no futuro.

Não se pretende alcançar objectivos diferentes daqueles que acabaram de ser indicados. Deste modo, o leitor não poderá esperar encontrar aqui nem um estudo técnico que possa aproximar-se de um trabalho de índole científica, nem uma análise exaustiva das diversas questões e temas abordados.

Recolhendo dados de diversas fontes estatísticas, designadamente de publicações da própria Comissão de Coordenação da Região Centro e da Direcção Geral de Desenvolvimento Regional, não se visou alcançar, neste domínio, qualquer originalidade ou inovação criadora. Se alguma diferença existir relativamente a outros trabalhos de natureza similar com idêntica finalidade, ela resultará do modo de escrita, da selecção dos temas e de uma certa perspectiva psicossociológica que não deixará de emergir na formulação de alguns problemas e na evidenciação de determinadas variáveis psicológicas, sociais e culturais relevantes para o desenvolvimento local e regional.

Por sua própria natureza e pelos objectivos propostos, o presente trabalho é necessariamente sintético. Estamos conscientes da brevidade com que os diversos temas são expostos, podendo cada um deles constituir objecto de um estudo mais extenso ou de uma monografia. Mas, neste caso, perder-se-ia a visão de conjunto, rápida e macroscópica, de uma unidade funcional e significativa.

I. BREVE CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO CENTRO DE PORTUGAL

A identificação dos eixos estratégicos do desenvolvimento sócio-económico e cultural da Região Centro exige a evocação das suas características fundamentais. Com efeito, é com base

nessa caracterização que se origina e apoia a equação de problemas existentes e, subsequentemente, a actividade sistemática de procura e selecção dos caminhos, dos métodos e dos procedimentos mais adequados à respectiva resolução, quer promovendo e rentabilizando, por um lado, as riquezas que são já uma realidade, quer inventariando e valorizando, por outro lado, as potencialidades ou virtualidades que permanecem ainda em estado latente e que, por isso, precisam de ser incentivadas, animadas e encorajadas.

1.1. O território: os maciços serranos e o sentido da designação da Região das Beiras

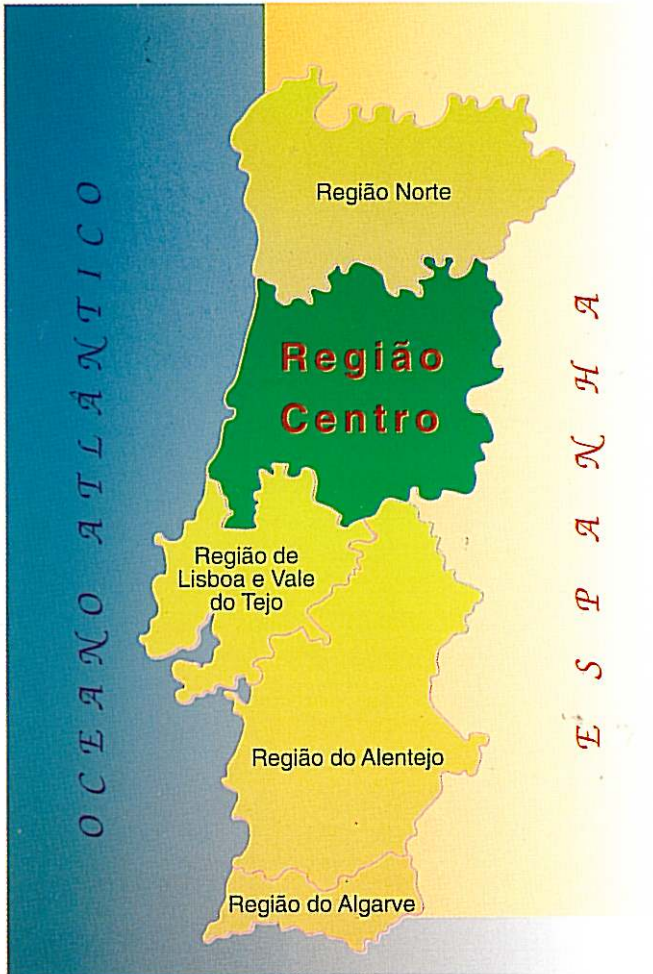
A Região Centro, tal como é definida para efeitos de planeamento, ordenamento do território e desenvolvimento regional, abrange uma área de aproximadamente 24.000 km², correspondente a 25% do território do Continente português e integra as áreas das províncias da *Beira Alta*, *Beira Baixa* e *Beira Litoral*. Por esta razão, entre outras que adiante serão mencionadas, poderá a Região Centro ser designada por Região das Beiras.

Em termos de geo-história, a Região corresponde aproximadamente ao território da "velha" Lusitânia, que os lusos souberam utilizar aproveitando as serras como barreira natural de resistência aos invasores romanos. Foi, de facto, à volta das serras da Região que os romanos conheceram as suas maiores dificuldades de domínio da Península. Esta circunstância histórico-geográfica constitui fonte matricial da identidade étnico-cultural dos Portugueses que Camões simbolicamente consagrou ao escolher o título do poema épico nacional.

É, pois, por referência às implicações que nas actividades dos homens têm os maciços montanhosos da Região que ganha

Figura 1

A REGIÃO CENTRO NO CONTINENTE
(NUT II)



sentido designá-la por Região da Beira ou das Beiras. Com efeito, as serras que emergem do território marcam não apenas a orografia, os recursos naturais e a paisagem mas também e de forma significativa a actividade humana que se acolheu e expandiu à volta ou à beira das Serras, dos seus vales e das bacias dos rios que nelas nascem e nelas sulcam caminho para o mar: o Vouga, o Mondego e o Lis. São as bacias hídricas que fazem a *ligação natural* entre as montanhas do interior e o Atlântico, trazendo até ao oceano águas e areias das serras. No litoral, a influência das Serras, embora mais distante, não deixa de estar presente, estabelecendo uma continuidade geo-humana que a diversificação de actividades económicas mais recente tende por vezes a esbater.

1.2. A taxa de crescimento negativo da população: disparidades entre o litoral e o interior

Referidas, sumariamente, as características fundamentais do território da Região, vejamos, de seguida, o que de mais relevante ocorre com a população.

Tal como os rios, também a população manifesta preferência por se estabelecer nas planícies junto ao mar, menos agrestes do que as montanhas e onde as comunicações são mais fáceis.

Vivem na Região cerca de 1 milhão e 720 mil habitantes, o que equivale a 18% da população total do País. A densidade populacional é, por conseguinte, menor nesta Região do que a média nacional: 73 hab/km² na Região Centro comparativamente a 106 hab/km² no conjunto do País. No entanto, a distribuição demográfica é muito diferenciada entre o litoral e o interior, situando-se no primeiro, que corresponde a cerca de 1/4 da área, mais de 1/2 da população total, conforme os dados

estatísticos condensados no Gráfico e na Figura 2 claramente ilustram.

Por uma análise muito simples dos dados demográficos podemos facilmente deduzir que não existe na Região nenhuma grande metrópole com população similar a Lisboa ou, até mesmo, ao Porto. Todavia, existem na Região diversos centros urbanos de média e pequena dimensão, cuja distribuição equilibrada pelo território constitui uma característica muito significativa e provavelmente um dos seus maiores trunfos.

1.3. Centros urbanos de média e pequena dimensão e a distribuição equilibrada pelo território da Região

Se considerarmos que na Região se situam, além das seis cidades capitais de distrito (Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu) mais duas outras cidades de média dimensão com actividade sócio-económica relevante, como é o caso da Covilhã e da Figueira da Foz, facilmente se depreende que a Região tem uma especificidade muito própria. Não possuindo nenhuma metrópole gigantesca e monopolizadora, caracteriza-se por uma diversidade de centros urbanos de pequena e média dimensão que podem constituir entre si uma estrutura poli-urbana, um sistema multipolar de relações ou rede interactiva de diversos centros urbanos de grandes virtualidades, funcionando cada cidade como núcleo de apoio ao desenvolvimento das localidades circunvizinhas, e simultaneamente como elemento constitutivo de um *sistema interactivo* de desenvolvimento harmonioso e equilibrado da Região no seu todo. Esta rede ou malha de centros urbanos, constituída e reforçada por um sistema interactivo de relações, encerra grandes virtualidades de desenvolvimento regional

Quadro I

DEMOGRAFIA E POVOAMENTO

REGIÃO CENTRO (NUTS III)	População Residente 1991 (Mil)	Área Km ²	Densidade hab/Km ²
TOTAL	1 720,8	23 671	73
BAIXO VOUÇA	351,4	1 830	192
BAIXO MONDEGO	328,9	2 042	161
PINHAL LITORAL	223,1	1 753	127
PINHAL INTERIOR NORTE	139,0	2 614	53
PINHAL INTERIOR SUL	50,8	1 924	26
DÃO-LAFÕES	281,4	3 486	81
SERRA DA ESTRELA	53,9	869	62
BEIRA INTERIOR NORTE	118,3	4 061	29
BEIRA INTERIOR SUL	81,0	3 740	22
COVA DA BEIRA	93,0	1 352	69
CONTINENTE	9 363,3	88 704	106

Figura 2

**DENSIDADE POPULACIONAL
(NUTS III)**

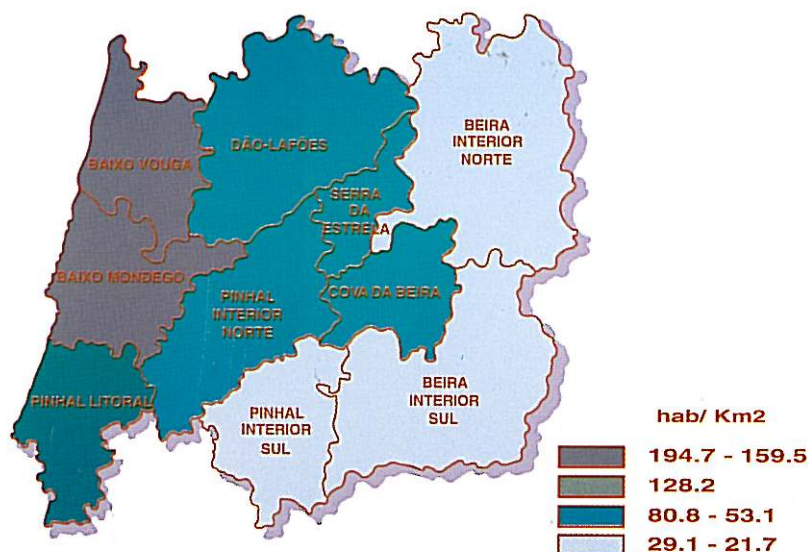
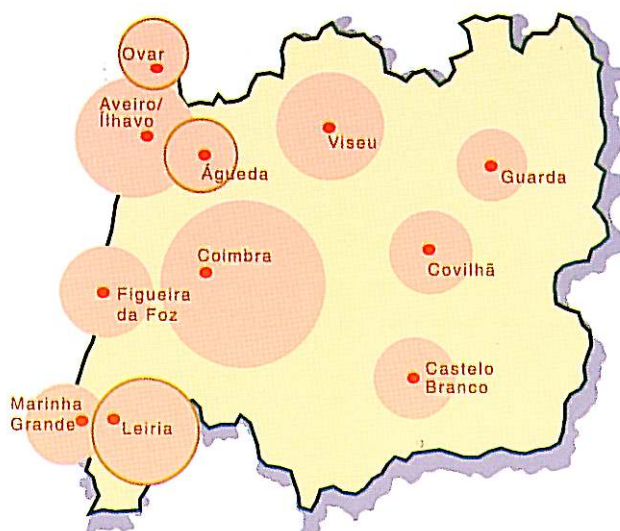




Figura 3

PRINCIPAIS CENTROS URBANOS



Centro Urbano	Hab.	Centro Urbano	Hab.
ÁGUEDA	20 964	FIG. DA FOZ	33 437
AVEIRO/ÍLHAVO	54 059	GUARDA	20 309
OVAR	20 029	LEIRIA	43 454
CAST. BRANCO	26 935	MAR. GRANDE	26 617
COVILHÃ	28 082	VISEU	44 550
COIMBRA	104 005		

CCRC/INE 1991

integrado, caso se concretizem, com brevidade, determinadas condições indispensáveis, como seja, designadamente, a conclusão de eixos rodoviários entre as principais cidades acima mencionadas.

À primeira vista, poderá parecer desvantajosa a inexistência na Região de um grande pólo urbano, cuja população ultrapasse o meio milhão de habitantes, como acontece com o Porto na *Região Norte* e com a Capital, na *Região* precisamente designada de *Lisboa e Vale do Tejo*. É inegável que há algumas vantagens decorrentes da existência de uma grande metrópole num determinado território e que radicam na concentração de serviços, de infra-estruturas e de equipamentos sociais que só a utilização em larga escala permite. Mas há igualmente enormes desvantagens intrínsecas às grandes áreas metropolitanas, com incidências na integração sócio-cultural e na qualidade de vida dos cidadãos.

Quer as vantagens para o desenvolvimento da Região Centro que decorrem da diversidade de centros urbanos de pequena e média dimensão espalhados equilibradamente pelo território, quer a rapidez da concretização de condições indispensáveis ao seu aproveitamento, podem ser potencializadas se se promover a *consciencialização da identidade regional* e a difusão do *modelo policêntrico* ou *multipolar*, centrado na *interacção* dos diversos centros urbanos integrados numa *rede de relações* de comunicação e de valorização recíprocas.

1.4. Dinâmica demográfica: o problema da desertificação tendencial das áreas rurais e a reconversão das actividades agrícolas

Além da assimetria entre o litoral, mais povoado e dispondo de maior número de infra-estruturas favoráveis ao desenvolvimento económico e social, e o interior, mais isolado e menos atractivo aos investimentos geradores de novos empregos e de riqueza, os indicadores demográficos permitem a identificação de um outro problema que importa formular para que se tome consciência da sua amplitude e das respectivas implicações no domínio do planeamento e do desenvolvimento regional: referimo-nos à tendência para uma perda sistemática de população que foi muito acentuada na década de 60 (situando-se na ordem dos - 11,5% contra - 2,2% para o Continente, conforme se pode verificar pelos dados registados no Quadro II) e que na última década voltou a apresentar valores percentuais negativos, de novo muito mais relevantes nas sub-regiões do interior do que em algumas sub-regiões do litoral onde, em certos casos, se verificaram taxas positivas, como no Baixo Vouga e no Pinhal Litoral. As sub-regiões da Beira Interior Sul, do Pinhal Interior Norte e do Pinhal Interior Sul apresentaram taxas demográficas negativas, mesmo na década de 70-81, em que ocorreu o retorno maciço da população dos territórios ultramarinos, por um lado, e a estagnação da corrente emigratória, por outro.

De 1981 a 1991, a Região Centro tem vindo a perder população, assinalando os indicadores uma taxa negativa de crescimento demográfico, com um valor médio global de - 2,4%. Este valor negativo assume ainda um maior significado se o compararmos ao valor médio nacional de + 0,3%, que sendo muito próximo de uma taxa de estagnação ou de crescimento nulo permanece, apesar de tudo, positivo.

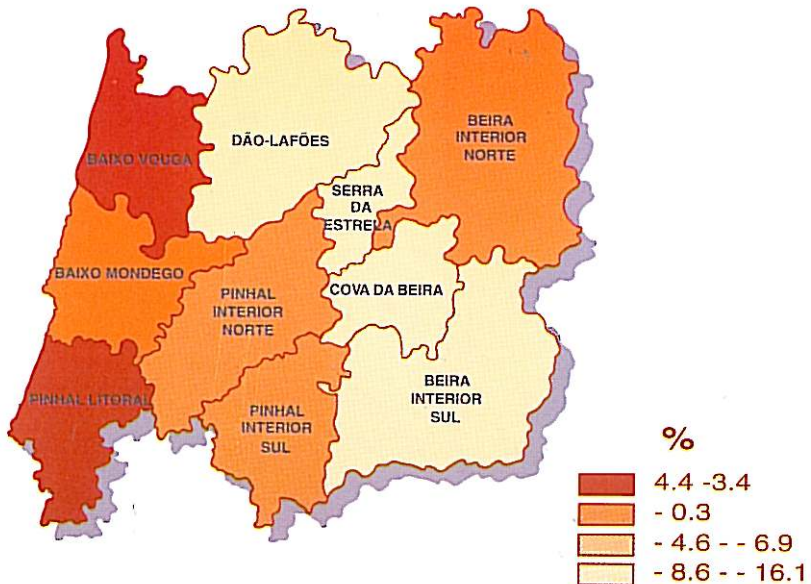
Quadro II

VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE

REGIÃO CENTRO (NUTS III)	1960-70 %	1970-81 %	1981-91 %
BAIXO VOUGA	- 1,1	15,3	4,4
BAIXO MONDEGO	- 3,6	12,0	- 0,3
PINHAL LITORAL	- 2,5	11,6	3,4
PINHAL INTERIOR NORTE	- 26,6	- 5,5	- 9,1
PINHAL INTERIOR SUL	- 20,2	- 12,7	- 5,9
DÃO-LAFÕES	- 20,2	- 3,6	- 6,9
SERRA DA ESTRELA	- 12,7	4,3	- 4,6
BEIRA INTERIO NORTE	- 17,6	0,0	- 8,6
BEIRA INTERIOR SUL	- 18,0	- 15,8	- 16,1
COVA DA BEIRA	- 16,6	- 0,6	- 5,4
LITORAL	- 2,4	13,1	2,4
INTERIOR	- 18,2	- 2,2	- 7,2
REGIÃO CENTRO	- 11,5	4,9	- 2,4
CONTINENTE	- 2,2	15,2	0,3

Figura 4

VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO 1981-91



A diminuição da taxa de natalidade, a emigração, embora em ritmo decrescente, e a deslocação da população activa, sobretudo de jovens, para outras Regiões do País, constituem factores significativos do empobrecimento das sub-regiões isoladas do interior das Beiras.

Esta tendência sistemática para o decréscimo populacional revela-nos, de imediato, que a Região Centro e, muito particularmente, as áreas rurais encontram-se num processo de potencial desertificação que importa enfrentar, não possuindo condições atractivas suficientes para reter população activa no seu território. Podemos equacionar o problema deste modo: como incentivar condições de fixação das populações nas áreas rurais? O que falta às sub-regiões do interior para captarem e reterem população?

É incontestavelmente desvantajoso para o desenvolvimento equilibrado do País, na sua globalidade, que o crescimento das duas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, visando aumentos de competitividade à escala europeia, se processe desordenadamente, à custa da desertificação do interior, acentuando, assim, o desequilíbrio entre centros urbanos e o espaço rural.

A necessidade de planear e executar medidas de valorização dos espaços rurais que evitem o êxodo das populações e o consequente abandono e degradação desses espaços é aparentemente contrariada pela necessidade de reconversão das actividades agrícolas, onde trabalham ainda faixas da população excessivamente elevadas comparativamente ao perfil de distribuição da população pelos sectores tradicionais de actividade económica. O perfil que os indicadores apontam para a Região Centro é distorcido se o compararmos com o perfil médio do País e, sobretudo, com idêntico perfil correspondente à

Comunidade Europeia. Basta inspeccionar os dados da Figura 5 para verificarmos que a Região Centro tem um excesso de população no sector primário, responsável por 26% do produto agrícola do Continente, e que apresenta "níveis de produtividade excessivamente baixos, reflectindo uma estrutura fundiária muito pulverizada, baixo índice de mecanização, deficiente organização da população e da comercialização e fraco nível de instrução dos agricultores"*.

Deste modo, a resolução do problema da desertificação tendencial dos espaços rurais não passa pela manutenção nas actividades agrícolas das populações activas e, sobretudo, dos jovens. Por conseguinte, outras soluções alternativas têm de ser imaginadas, escolhidas em função das virtualidades diagnosticadas e concretizadas por intermédio de programas de desenvolvimento de âmbito local, sub-regional e regional, em que sejam incentivadas a diversificação de actividades produtivas e transformadoras dos recursos endógenos, o incremento do turismo em espaço rural, o turismo ecológico e cultural, a promoção do sector da prestação de serviços de educação e de formação profissional, de saúde, de cultura e de desporto.

O ensaio de resposta a esta questão requer o enunciado das principais riquezas da Região, que passamos seguidamente a referir com a brevidade adequada e, por conseguinte, sem qualquer pretensão da exaustividade.

* Cf. "Desenvolvimento Regional em marcha", nº 2, DGDR, Lisboa, 1992, p. 4.

Figura 5

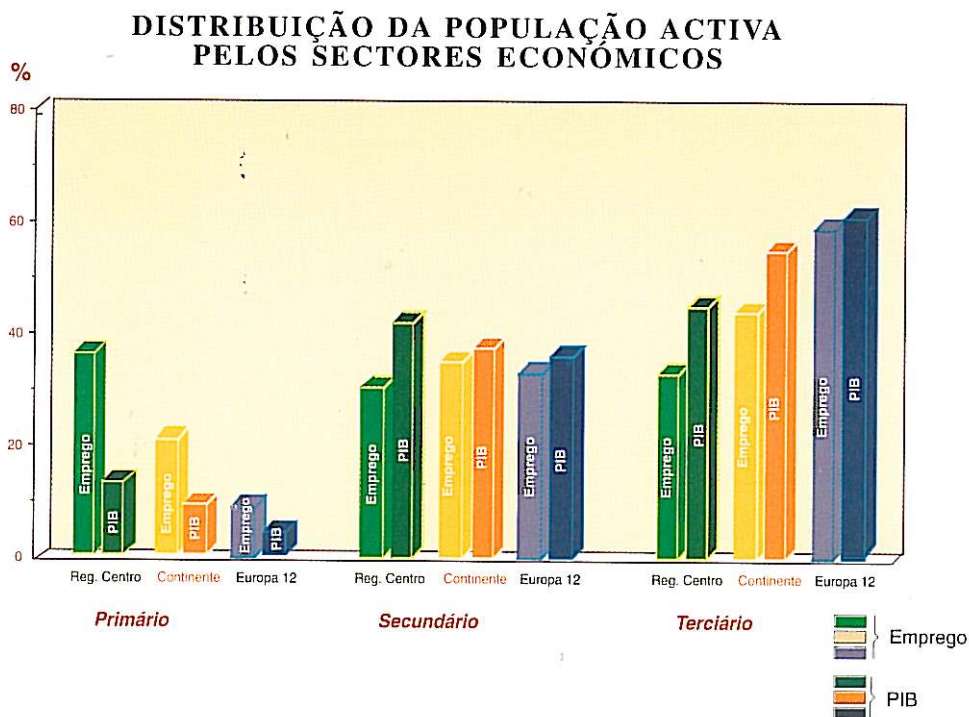
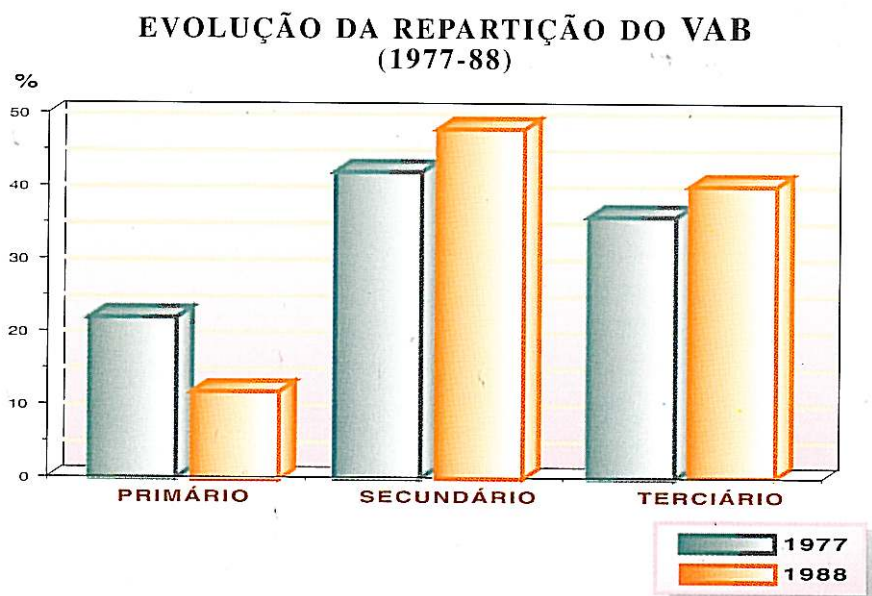


Figura 6





2. OS PRINCIPAIS RECURSOS DA REGIÃO: O SEU APROVEITAMENTO E PROMOÇÃO

Uma breve análise dos recursos naturais da Região Centro e das suas potencialidades ainda não exploradas contribuirá sem dúvida para desenhar algumas soluções e preconizar algumas linhas de orientação estratégica.

Correndo o risco de cometer falhas que toda a selecção comporta, podemos apontar, como principais recursos endógenos da Região Centro, os recursos hídricos, a floresta, as argilas e os barros, o património paisagístico e cultural.

2.1. No que diz respeito aos *recursos hídricos*, basta lembrar que nela se espraíam, conforme apontámos no início, algumas importantes bacias hidrográficas de Portugal, designadamente as bacias do Mondego, do Vouga e do Lis, constituindo o primeiro o maior curso de água que corre totalmente em território nacional.

As potencialidades das bacias hídricas das Beiras só parcialmente se encontram aproveitadas nas suas diversas vertentes, desde a exploração e armazenamento de forragens – em que o Vale do Vouga é particularmente fértil – até à valorização do turismo rural, náutico e ecológico. As capacidades turísticas da barragem da Aguieira, por exemplo, encontram-se sub-aproveitadas.

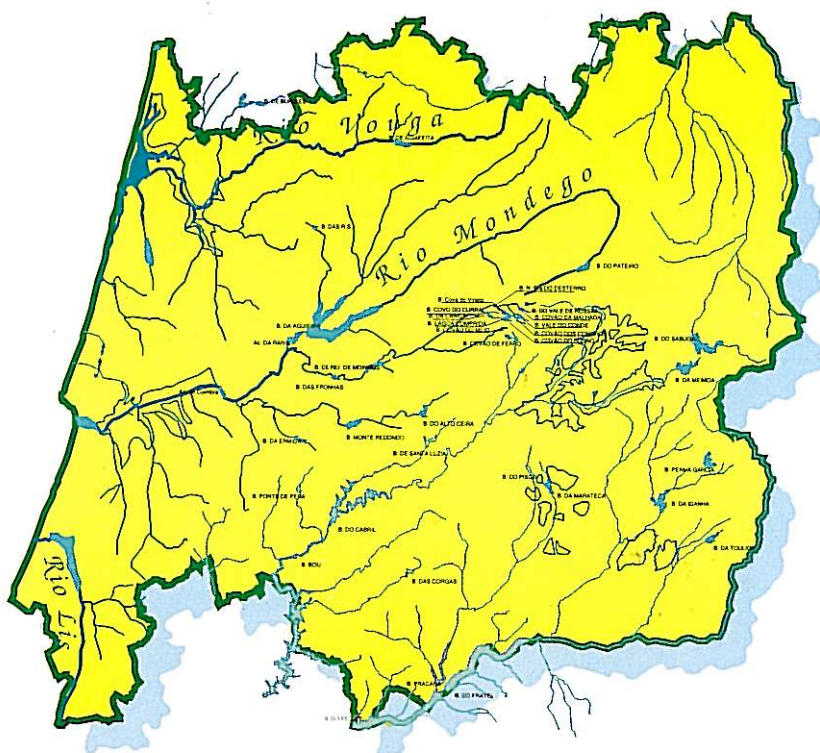
A aquacultura constitui uma modalidade de aproveitamento dos cursos de água cujas potencialidades estão longe de serem suficientemente aproveitadas.

Por outro lado, a qualidade das águas naturais permite a sua comercialização numa escala já considerável, o aproveitamento das suas virtualidades terapêuticas e o desenvolvimento das estâncias termais existentes na Região Centro.

2.2. No que respeita à *floresta*, constitui um dado bastante conhecido situar-se na Região Centro a maior mancha florestal da Península, e a maior mancha florestal de pinheiro bravo da Europa. É uma riqueza de que só muito recentemente se começou a tomar consciência. Uma riqueza de um valor crescente e um motivo de orgulho. Compreende-se, por isso, a localização de indústrias com peso significativo de aproveitamento das madeiras: pasta de papel, papel, aglomerados de madeira. Mas há ainda muitas mais actividades industriais a instalar ou a expandir para aproveitamento sistemático das madeiras, induzindo a criação de empregos e condições de fixação das populações rurais às localidades de origem e oferecendo alternativas mais rentáveis ao trabalho agrícola.

2.3. As *argilas e os barros* constituem uma outra matéria-prima em que a Região Centro é particularmente rica, no contexto do País. Há um grande número de indústrias de cerâmica com dimensão razoável em toda a Região, designadamente na faixa litoral entre Aveiro e Leiria. Neste campo, a competitividade da indústria cerâmica passa pela qualidade crescente dos produtos, pela investigação e pela produção de novos materiais por intermédio da utilização de tecnologia de ponta. O *Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro*, instalado em Coimbra, é uma unidade apta a dar apoio à indústria cerâmica da Região, do País e até de países não comunitários de forma a assegurar níveis de elevada qualidade ou mesmo de excelência.

HIDROGRAFIA DA REGIÃO



2.4. *Tanto o património natural como o património cultural* são suficientemente diversificados para permitirem uma vasta gama de produtos turísticos que importa inventariar, promover e articular de forma sistemática. O turismo da Região tem vivido muito centrado no turismo balnear, sazonal e sem grandes condições de permanência ou de fixação da procura.

O turismo de montanha tem reconhecidas potencialidades mas continua com dificuldades em afirmar-se e em expandir-se. O turismo rural e o turismo de habitação são ainda incipientes, embora prometedores.

Por seu turno, o turismo cultural na Região das Beiras comporta virtualidades que não têm sido consideradas em toda a sua amplitude e na diversidade das suas funções, desde a função pedagógica, fonte de difusão científica e de educação estética, à função financeira, fonte de receitas indispensáveis à conservação, restauro e promoção do património artístico, técnico e científico. A título meramente exemplificativo, refiramos as potencialidades das ruínas de Conimbriga e de Aeminium, por um lado, e da própria Universidade de Coimbra, por outro. Vale a pena relembrar, a este propósito, a exposição *Les Mécanismes du Génie* na *Europalia 92*, com peças do Museu de Física da Universidade de Coimbra. O sucesso dessa exposição ilustra o que, aqui, poderia ser feito neste campo, por intermédio do aproveitamento sistemático do conjunto dos Museus de História Natural, da Física e da Antropologia da Universidade de Coimbra.

A cultura não deixa de o ser se for geradora de riqueza. Por isso, temos de apostar fortemente na promoção desta oferta diversificada que cria condições de *permanência*, motivos de exploração de um conjunto diversificado de produtos,

contrariando, deste modo, a tendência para um fluxo turístico de simples passagem ou, quando muito, de uma única pernoita.

3. O QUE TEM FALTADO À REGIÃO CENTRO QUE NÃO TEM PERMITIDO O APROVEITAMENTO ADEQUADO DAS SUAS POTENCIALIDADES?

3.1. Ausência de consciência da identidade regional

A resposta à questão acima referida não pode ser linear. Há certamente uma diversidade muito grande de factores e de processos que comportam sempre uma grande inércia e que dificultam, por conseguinte, o processo de mudança.

Mas um dos factores responsáveis pelo relativo atraso da Região é certamente a *ausência de uma consciência da identidade regional*. O que tem faltado à Região Centro não é uma identidade, mas a *consciência dessa identidade* e, sobretudo, a *afirmação dessa identidade*. O que falta à Região Centro é uma *ideia de si mesma* e uma estratégia de promoção e de difusão das suas realidades e das suas virtualidades. As diversas sub-regiões e áreas urbanas têm vivido de costas umas para as outras fragmentando a Região e debilitando-a em conflitualidades internas que em nada reforçam a identidade e a coesão da Região Centro de Portugal. Acresce a influência de uma mentalidade isolacionista e individualista dos habitantes das Beiras que tem favorecido um atomismo sócio-económico, acarretando dificuldades na equação e resolução dos problemas a uma escala de dimensão regional.

Sem esta afirmação da identidade regional, a Região Centro aparece fragmentada, desconexa, e, por conseguinte, fragilizada, sem uma identidade regional bem vinculada, destituída de uma imagem de marca suficientemente forte e mobilizadora.

Por falta de uma *estratégia de afirmação da identidade da Região* no seu todo e por falta da assunção prática de um *modelo multipolar*, centrado na rede de interação dos centros urbanos entre si, por um lado, e entre os centros urbanos e os espaços rurais circunvizinhos, por outro, a Região Centro tem perdido influência, dimensão competitiva e, consequentemente, poder negocial. Corroída por rivalidades e "fantasmas" de domínio de um centro urbano sobre os outros, a Região tem perdido oportunidades por esta falta de coesão e por falta de reconhecimento de que nessa estratégia de pretensão "isolamento" ninguém sai vitorioso.

3.2. Como proceder para ultrapassar esta situação?

As tarefas a realizar exigem a integração e a articulação num conjunto convergente de *programas de actividades*, a empreender a curto e a médio prazo, e que sejam concebidos e executados tendo como quadro orientador o modelo policêntrico e interaccionista de desenvolvimento regional.

Este modelo de desenvolvimento regional, multipolar e centrado na rede de interações, é não só o mais adequado às características específicas da Região Centro, como assenta no princípio da coesão entre sub-regiões mais desenvolvidas e sub-regiões em atraso, ou seja, entre o litoral e o interior, por um lado, e entre os centros urbanos e as zonas rurais, por outro.

Neste contexto, uma das orientações estratégicas para alcançar os objectivos visados aponta para a execução, o mais rapidamente possível, da rede rodoviária, e o aperfeiçoamento de outras vias já previstas, designadamente o IP2 que liga os centros urbanos da Guarda, Covilhã e Castelo Branco, o IC7 que une Covilhã (e, por conseguinte, as sub-regiões da Cova da Beira e da Serra da Estrela) a Coimbra, o IC8 que aproxima Castelo Branco, Pombal e Figueira da Foz e o troço do IP3 entre Coimbra e Figueira da Foz. A rede de rodovias entre os centros urbanos referidos fecha a malha de rodovias que, com o IP5 entre Aveiro, Viseu e Vilar Formoso, constituirá não apenas factor de coesão intra-regional mas também factor de coesão inter-regional, favorecendo as comunicações transfronteiriças.

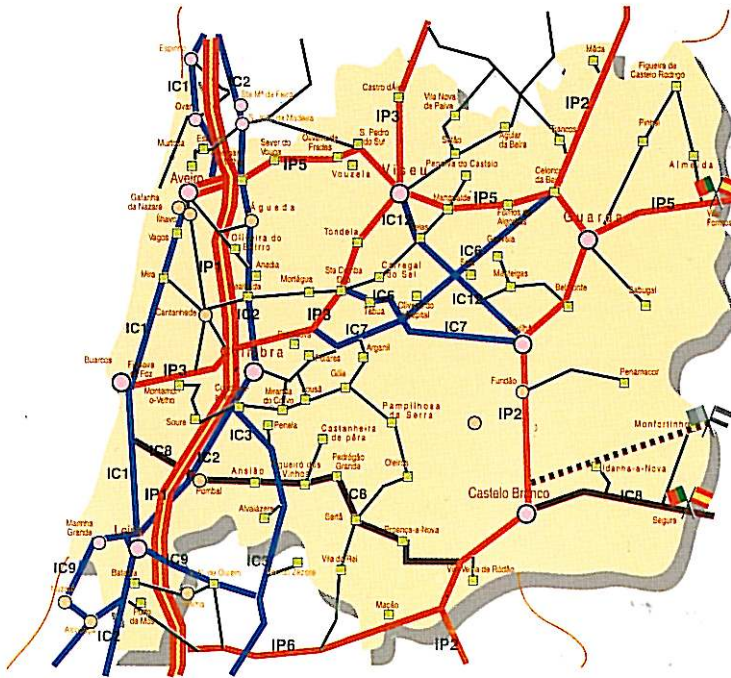
A conclusão desta malha de estradas rápidas entre os principais centros urbanos, permitindo a circulação de pessoas e de mercadorias, deve ser complementada por uma rede de estradas de âmbito local, municipal ou sub-regional que concretize a ligação dos centros urbanos às localidades rurais, de forma a dotar o tecido da Região de uma rede "capilar" de vias de comunicação, susceptível de contribuir para o desenvolvimento local, através da fixação de investimentos e do aparecimento de novas empresas geradoras de emprego e de riqueza.

Além da prioridade a dar à execução atempada da rede rodoviária, importa sublinhar, de igual modo, a imprescindibilidade de renovar e de modernizar as ferrovias, designadamente as das Linhas da *Beira Alta* e da *Beira Baixa* e as de ligação entre Coimbra e Figueira da Foz.

As infra-estruturas portuárias de Aveiro e da Figueira da Foz deverão igualmente merecer tratamento prioritário, não apenas como estruturas de escoamento e de comercialização de produtos naturais, mas como estruturas integradas em eixos de comunicação internacional.

Figura 8

PRINCIPAIS ESTRADAS



LEGENDA:

- | | | | |
|--|---------------------------------|--|--|
| | Auto-Estradas e Vias Rápidas | | Principais Centros Urbanos |
| | IP - Itinerários Principais | | Centros Urbanos com influência supra-concelhia |
| | IC - Itinerários Complementares | | Outros Centros Urbanos |
| | Outras Estradas | | Outras Sedes de Concelho |
| | PROPOSTAS CCRC: | | Fronteira |
| | Reclassificação a IP | | Proposta de Fronteira - CCRC |
| | Construção de novo IP | | |

A prioridade a atribuir ao fecho da rede rodoviária e a modernização das ferrovias deve ser acompanhada de um conjunto de medidas susceptíveis de contribuir significativamente para a fixação da população activa, sobretudo da população jovem. Para estancar o êxodo dos jovens e neutralizar o poder atractivo que sobre eles exercem as grandes metrópoles, torna-se indispensável prosseguir e expandir uma política de equipamentos sociais, quer de apoio às actividades produtivas e de comercialização, quer no domínio da educação e da formação profissional, quer ainda no âmbito dos serviços de saúde, desportivos e culturais.

A valorização do património natural e cultural da Região Centro passa inequivocamente pela execução e modernização do tecido de vias de comunicação que aproximem as cidades e as vilas, o interior e o litoral, o Centro de Portugal e a Região de Castela e Leão, Portugal e a Europa. Mas passa também pela promoção da *imagem de marca da Região*, pela sua difusão, designadamente, junto dos jovens de forma a que, conhecendo com maior rigor as características da Região em que vivem e se formam, estando melhor informados sobre as suas realidades e potencialidades, se sintam motivados para a aceitação dos desafios e resolução dos problemas que o desenvolvimento local e regional coloca.

Há imensas actividades novas a explorar, iniciativas de aproveitamento de recursos naturais a empreender, valorização do património cultural a promover. O espaço das tarefas e dos projectos não é pequeno.

O espaço geográfico do País é, sem dúvida, diminuto, comparativamente a outros países e mais diminuto é ainda o espaço físico de cada uma das nossas aldeias e vilas. Mesmo a dimensão de muitas das nossas cidades é bastante reduzida.

A pequenez geográfica do País e dos centros urbanos tem influenciado o *espaço psico-social* frequentemente percebido como asfixiante, sem horizontes nem perspectivas de futuro. Todavia, a relação entre dimensão física e dimensão psico-social não é uma relação determinista. Do ponto de vista do espaço mental ou psico-sócio-cultural, Portugal não é um País pequeno. Atesta-o a História, que conserva a memória de uma nação, que alargou os horizontes do mundo, atesta-o o presente de um povo espalhado por todos os continentes, e assegura-o os inúmeros problemas a resolver, os muitos projectos a delinear, as imensas tarefas a empreender, todos susceptíveis de empenhar as populações e, sobretudo, os jovens.

Esta situação é particularmente ajustada à Região Centro.

E é neste contexto que podemos afirmar que a Região Centro tem futuro e que oferece aos jovens perspectivas de futuro. Região de Montanha e de Floresta, a Região Centro de Portugal, a Região das Beiras apresenta, de resto, um valor inestimável que num futuro muito próximo será cada vez mais apetecido e procurado: uma Natureza não poluída com a qual o Homem poderá manter relações de convivência, de forma exemplar e criadora.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	7
1. BREVE CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO CENTRO DE PORTUGAL.....	9
1.1. O território: os maciços serranos e o sentido da designação da Região das Beiras.....	10
1.2. A taxa de crescimento negativo da população: disparidades entre o litoral e o interior	13
1.3. Centros urbanos de média e pequena dimensão e sua distribuição equilibrada pelo território da Região	14
1.4. Dinâmica demográfica: o problema da desertificação tendencial das áreas rurais e a reconversão das actividades agrícolas.....	20
2. OS PRINCIPAIS RECURSOS DA REGIÃO: O SEU APROVEITAMENTO E PROMOÇÃO.....	27
2.1. Recursos hídricos: as bacias do Mondego, do Vouga e do Lis	27
2.2. A Floresta: a maior mancha florestal da Península Ibérica e a maior mancha de pinheiro bravo de toda a Europa	28
2.3. As argilas, os barros e a indústria da Cerâmica	28
2.4. O património natural e o património cultural, potencial turístico a promover.....	31

3.	<i>O QUE TEM FALTADO À REGIÃO CENTRO QUE NÃO TEM PERMITIDO O APROVEITAMENTO ADEQUADO DAS SUAS POTENCIALIDADES?</i>	32
3.1.	<i>Ausência de uma consciência da identidade Regional</i>	32
3.2.	<i>Como proceder para ultrapassar esta situação?</i>	33

Composto e Impresso
na Secção de Offset da
Comissão de Coordenação da Região Centro

Concluído em Setembro de 1992

Tiragem: 1500 exemplares



Ministério do Planeamento e da Administração do Território



COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO

